vinetur

Catalunha analisa mais de 100 contratos de compra de uvas por suspeita de preços abaixo do custo

As autoridades reforçaram a aplicação da lei espanhola da cadeia alimentar após denúncias de ofertas inferiores a 0,30 € por quilograma

domingo, 22 de novembro de 2026



O governo regional da Catalunha alargou o escrutínio do setor vitivinícola e está agora a analisar mais de 100 contratos de compra de uvas por suspeita de aquisições abaixo do custo de produção, segundo uma notícia publicada pelo ARA no sábado, 21 de novembro.

Os casos centram-se em possíveis violações da lei espanhola da cadeia alimentar 16/2021, que proíbe os compradores de pagar menos do que o custo de produção de um produto agrícola. O ARA noticiou que o Departamento da Agricultura, Pecuária, Pescas e Alimentação da Catalunha intensificou o trabalho desde outubro, quando o jornal revelou que cerca de 50 contratos já estavam a ser analisados. O número mais recente sugere que as investigações mais do que duplicaram, à medida que as autoridades alargaram as verificações.

Segundo a notícia, grande parte deste aumento resulta de inspeções iniciadas por iniciativa do próprio departamento. Alguns casos também decorrem de denúncias apresentadas por agricultores, organizações agrícolas e outros intervenientes do setor, mas o ARA refere que muitas das novas averiguações foram abertas diretamente por técnicos da CadeCAT, a unidade que supervisiona as relações comerciais na cadeia agroalimentar da Catalunha. O reforço da fiscalização reflete o que fontes do setor descreveram ao jornal como um momento de grande tensão para viticultores e adegas.

Todos os casos se encontram ainda numa fase inicial. O ARA noticiou que as autoridades estão atualmente a recolher e a analisar documentos das partes envolvidas para determinar se algum processo deve avançar para uma fase formal de aplicação de sanções. A abertura de um processo formal não implica uma penalização imediata, mas dá início a um procedimento que poderá resultar em coimas caso as autoridades concluam que os contratos violaram a lei.

Nos termos do quadro legal citado pelo ARA, as coimas podem variar entre 250 € e 3 000 € para infrações leves, entre 3 000 € e 100 000 € para infrações graves e entre 100 000 € e 1 milhão de euros para infrações muito graves. Quaisquer sanções continuariam sujeitas a contestação e recurso. Os nomes dos produtores ou compradores sancionados só seriam tornados públicos depois de esgotadas todas as vias judiciais, refere a notícia.

Fontes do departamento citadas pelo ARA esperam que a análise dos processos avance nos próximos dias e esteja bastante adiantada no final de dezembro. Ainda assim, prevê-se que os procedimentos se prolonguem até 2027, uma vez que é provável que as partes sob investigação contestem quaisquer conclusões formais.

O reforço da fiscalização surge após uma vindima em que os preços das uvas se tornaram um dos principais motivos de discórdia no setor. Em agosto, sete organizações agrícolas afirmaram que vários produtores de vinho tinham apresentado propostas de compra de uvas a preços «muito abaixo» dos custos de produção. Segundo o ARA, essas organizações disseram que algumas adegas ofereciam menos de 0,30 € por quilograma, muito abaixo do custo de produção de referência publicado este ano pelo Instituto Catalão da Vinha e do Vinho, ou Incavi, de 0,53 € a 0,56 € por quilograma.

O ARA assinalou, contudo, que os valores do Incavi são apenas uma referência e não determinam automaticamente se um contrato é ilegal. Os técnicos da CadeCAT estão a avaliar cada contrato individualmente, sendo a questão central saber se o preço acordado era inferior ao custo real de produção das uvas abrangidas por esse contrato específico.

O alargamento da investigação é relevante para além da disputa imediata entre viticultores e compradores, uma vez que poderá apertar a fiscalização dos contratos em toda a cadeia de abastecimento do vinho e aumentar o risco de sanções para adegas e outros operadores que compram uvas. Para a indústria das bebidas, isso significa um escrutínio mais rigoroso da forma como as matérias-primas são valorizadas e documentadas, com possíveis efeitos nas práticas de aprovisionamento e nas negociações entre viticultores e produtores.

A análise dos contratos decorre numa altura em que a produção de vinho na Catalunha dá sinais de recuperação, após vários anos difíceis marcados pela seca e por rendimentos baixos. Dados apresentados no início de novembro pelo Observatório Agroalimentar, Rural e Ambiental indicaram que a região produziu 356 506 toneladas métricas de uvas na vindima deste ano, mais 3,9% do que na campanha de 2025. O Incavi afirmou que os valores apontavam para uma recuperação do setor face a níveis

muito baixos, embora tenha também referido que a falta de chuva na primavera e as temperaturas elevadas no verão reduziram os ganhos inicialmente esperados.

As condições meteorológicas influenciaram tanto a dimensão como o calendário da vindima. Segundo os dados citados pelo ARA, o calor do verão afetou especialmente as castas de maturação mais precoce, como a chardonnay e a macabeu, enquanto a chuva no final de agosto beneficiou as castas de maturação mais tardia, incluindo a xarel·lo e a parellada. A campanha ficou também marcada por um calendário de vindima antecipado em toda a região, devido à aceleração da maturação provocada pelas condições quentes.